

Violência urbana em Novo Hamburgo: notas introdutórias¹

Urban violence in Novo Hamburgo: Introductory notes

Margarete Panerai Araújo²
panerai@feevale.br

Daniela Müller de Quevedo³
danielamq@feevale.br

Luciana Hoppe⁴
lhoppe@feevale.br

Suzel Lisiana Jansen⁵
suzel@feevale.br

Cássia Rebelo Hofstatter⁶
cassiah@feevale.br

Resumo

O presente artigo trata da violência que assume um papel preponderante em todos os níveis da sociedade. Atualmente o tema violência vem sendo aceito como resultado de um processo que condiciona tanto a cultura como os valores sociais, econômicos e políticos. Para isso, investigam-se os dados do Rio Grande do Sul e de Novo Hamburgo, município que se caracteriza como quarto mais violento em taxas de homicídio, em 2004, do estado gaúcho. Os dados levam à conclusão de que a sociedade civil inserida nesta condição vive com insegurança e medo, e a análise esboçada aponta a importância de promover políticas públicas.

Palavras-chave: violência urbana, homicídio, segurança, políticas públicas.

Abstract

This article discusses the importance that violence is acquiring at all levels of society. Nowadays, the subject "violence" is accepted as a result of a process that determines both culture and the economic, social and political values. The article investigates data about the state of Rio Grande do Sul and the municipality of Novo Hamburgo. The latter was the 4th most violent municipality in Rio Grande do Sul in 2004 as far as the homicide rate is concerned. The data lead to the conclusion that in such a context civil society is insecure and afraid of violence. They also show the importance of promoting public policies.

Keywords: urban violence, homicide, security, public policies.

¹ Os dados dessa pesquisa foram apresentados no 31º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS, em 2007, Caxambu, Minas Gerais no Seminário Temático: Vitimização: riscos objetivos e percepções do risco ou novos dados, novos movimentos coordenado por Alba Zaluar (UERJ) e Sergio Adorno (USP).

² Doutora professora-pesquisadora da Feevale vinculada ao grupo de pesquisa Desenvolvimento Regional.

³ Doutora professora-pesquisadora da Feevale junto ao CPP – Centro de Pesquisa e Planejamento.

⁴ Mestre professora-extensionista da Feevale junto ao CPP – Centro de Pesquisa e Planejamento.

⁵ Mestre professora-extensionista da Feevale junto ao CPP – Centro de Pesquisa e Planejamento.

⁶ Administradora, Especialista em Marketing, Mestranda em Administração e coordenadora do Centro de Pesquisa e Planejamento da Feevale.

Introdução

Ao longo da história, tentou-se compreender a violência como um comportamento existente entre os homens que envolvia formas de agressões premeditadas e, por vezes, mortais de um indivíduo contra o outro. Esse comportamento, segundo Costa (1999, p. 282), só pode ser encontrado entre os seres humanos, porque os demais animais só atacam ou se envolvem em disputas pelo domínio de um território, de suas fêmeas, ou pela posse de alimentos.

Fenômenos de criminalidade, delito e repressão vêm sendo explorados por estudos sociológicos, com uma abordagem que apreende a violência no quadro dos fenômenos decorrentes da produção e reprodução das desigualdades sociais. A violência, temática que vem sendo abordada com certa banalização, portanto, oferece diferentes conceitos e opiniões, tanto sobre como deveriam ser as normas jurídicas quanto sobre o papel da cidadania e da sociedade civil, nesse processo, conforme Dubet (2003).

Em consonância com essa idéia, Zaluar (2004, p. 7) apresenta que a violência urbana condiciona a cultura, os valores sociais, econômicos e políticos. A violência pode ser apresentada como consequência de diferentes experiências sociais decorrentes da crise da modernidade que busca alternativas interpretativas para as discontinuidades da sociedade contemporânea.

A sociedade civil está inserida nesta condição de insegurança, violência e medo. Nesse contexto, abrem-se canais de debate e de buscas de alternativas para viabilizar a almejada segurança, onde as diversas representações sobre o tema passam por uma "negociação da realidade". Este conceito demonstra o antagonismo, a dicotomia da possível condição do sujeito na sociedade moderna.

É importante destacar que a violência encontra repercussão nas visões de mundo daqueles sujeitos que vivenciaram a experiência de vitimização, de onde se difundem concepções de insegurança pessoal e a busca de direitos civis. Conceitualmente vitimologia compreende o estudo da personalidade, comportamento, motivações e reações da vítima. Nota-se que nesse conceito pode haver algumas características das vítimas que poderiam precipitar os fatos ou condutas delituosas. Sobretudo se destaca a necessidade de analisar as relações existentes entre a vítima e o agressor.

Nesse clima de novo milênio, o panorama avassalador de crise das instituições sociais se desenvolve e se generaliza como outros aspectos, intensificando paradoxos da sociedade capitalista. No quadro atual, o Brasil está vivenciando uma crescente violência nos centros urbanos, onde a condição do sujeito passa por uma experiência de não-reconhecimento de seu lugar na sociedade, principalmente no caso dos jovens.

Daí a necessidade, portanto, de se promover políticas públicas que atenuem esses fatos. Elas devem ser traçadas pe-

los governos e estar voltadas para atender as necessidades da sociedade. Segundo Pasternak e Bogus (2001), torna-se importante analisar e rever o estigma de violência, pois a cidade não é responsável pela violência, e sim a condição dos "sujeitos" que a habitam, tornando-se dúbia a questão de atributos do estigma da violência pelos "sujeitos".

Esse artigo é o resultado teórico dos estudos de um grupo, e da pesquisa desenvolvida pelo Centro de Pesquisa e Planejamento (CPP) da Feevale⁷, para a Prefeitura Municipal, investigando a situação de criminalidade nos bairros do município de Novo Hamburgo, distante 50 km da capital gaúcha. Conforme dados da Secretaria de Justiça e Segurança do RS, em 2002, entre os dez municípios mais violentos em taxas de homicídios, Novo Hamburgo ficou com 29,15%, São Leopoldo com 25,95%, Alvorada com 24,90%, e Porto Alegre com 19,30%. Novo Hamburgo possui 239.940 mil habitantes, e as taxas de roubo e furto também apresentam valores expressivos, muito atribuídos à situação precária do mercado de trabalho, o que agrava a desigualdade social, aumentando os índices de violência.

O procedimento metodológico foi de pesquisa descritiva com enfoque quantitativo e qualitativo. As técnicas contaram com estabelecimento de categorias e classificação, cujos procedimentos variaram em séries estatísticas, representação escrita, tabelas e gráficos. As técnicas não probabilísticas têm sido usadas por pesquisadores latino-americanos quando desejam analisar políticas ou processos em uma região sobre os quais não existe suficiente informação empírica ou metodologias de trabalho consolidadas ou adequadas para tratar a realidade local.

O trabalho com coleta de dados primários contou com uma amostra de 1.054 pessoas entrevistadas distribuídas proporcionalmente por meio de entrevistas pessoais em domicílios. Outros dados quantitativos secundários existentes foram pesquisados nos principais órgãos da cidade que tinham registros de informações sobre a violência, como hospitais, postos de saúde, Conselho Tutelar, presídio central, Tribunal de Justiça, Brigada Militar, entre outros, totalizando um universo de 33.867 registros de fatos consumados. Algumas variáveis foram omitidas nesse artigo, por consistir em investigações sigilosas, e os dados estatísticos aqui apresentados foram fornecidos e divulgados junto aos periódicos locais e regionais.

A elaboração da pesquisa se propôs a traçar o perfil dos moradores dos bairros de Novo Hamburgo; verificar os principais focos de violência da cidade; avaliar a opinião dos moradores quanto à segurança; e os principais tipos de violência que acontecem nos bairros do município, como forma de respaldar propostas e políticas para solucioná-las. Dados que avaliaram o trabalho institucional do município e do estado não foram divulgados ao público externo.

Segue-se a esta introdução uma seção em que se apresenta a visão teórica relativa a criminalidade e violência. Nas seções se-

⁷ Vinculado ao Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas o CPP – Centro de Pesquisa e Planejamento atende o público interno e externo do Centro Universitário Feevale.

guintes, mostram-se alguns resultados acerca de como a cidade de Novo Hamburgo está vivenciando a criminalidade e reposicionando suas funções de segurança para modificações do contexto. Nas considerações finais, tem-se por base a análise do ambiente em que se formam os atores, levantam-se causas que explicariam a afirmação contida nos dados revisados. Imprime-se ao trabalho um caráter descritivo que o caracteriza como introdutório, e adota-se uma perspectiva analítica, procurando apenas indicar alguns enfoques que poderiam contribuir para elucidar essas causas.

Novo Hamburgo no contexto da criminalidade

Falar em violência nos dias de hoje é estranho, pois ela deixou de ser um ato circunstancial para transformar-se numa forma de ver e de viver no mundo de hoje. Para explicar a violência é importante compreender primeiramente as transformações sociais. Dessa forma, a contextualização a seguir busca retratar alguns aspectos da sociedade atual, da pobreza e exclusão daí decorrente, e alguns conceitos dos fenômenos violentos, sobre a vitimologia e suas implicações.

Novo Hamburgo, denominada a Capital Nacional do Calçado, possui uma localização privilegiada, estando no centro geográfico do Mercosul, um dos mais importantes mercados mundiais. O município está a 50 km de distância de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul; situado no Vale dos Sinos, conta com uma população profundamente marcada pela origem germânica.

O município surgiu na primeira metade do século XIX, a partir de sua colonização, e sua economia nasceu e cresceu com a indústria do calçado, através de um desenvolvimento rápido e constante. O chamado setor coureiro-calçadista, composto por curtumes, indústrias químicas, componentes para calçados, indústrias metalúrgicas e componentes eletrônicos, oportunizaram uma onda, que caracterizou esse município por um modelo de desenvolvimento técnico e econômico por muitos anos.

Atualmente, uma nova fase de diversificação industrial vem objetivando satisfazer novos padrões de consumo em mercados altamente segmentados. A reestruturação econômica em curso apontou uma forte terceirização das estruturas de ocupação e moveu o crescimento do emprego na última década. Parte dessa terceirização, segundo Deluiz (1994), decorre do baixo crescimento econômico (expansão na crise) e da externalização de serviços. Para fazer frente às novas exigências, tornou-se necessária a incorporação de mudanças nas operações comerciais. As crises que ocorrem no chamado capitalismo selvagem trazem efeitos negativos e, segundo Salama (1995), as razões não são unicamente atribuídas ao próprio programa de ajuste do neoliberalismo.

Nessa dinâmica de fatores externos, as crises são aplicadas a outros setores onde o diagnóstico pós-moderno tem bases reais de referência. A fragmentação e a flexibilização são realidades irrefutáveis, segundo Cattani e Diaz (1996) e essas rupturas abalam a sociedade com o desemprego.

O termo "sociedade pós-industrial" vem sendo explicado, segundo Bell (1977, p. 26), pelas mudanças que estão na estrutura social", ou seja, na maneira que a economia está sendo transformada e como está sendo remanejado o sistema ocupacional. Afirmar que as mudanças estão apenas em modelos economizantes e sociologizantes (ambos destinados a estabelecer conceitos econômicos e sociais de maior amplitude) pode pressupor dois grandes sistemas sociais (da exclusão e da inclusão).

A exclusão social envolve diferentes concepções, conforme apresenta Singer (2000), que, de forma semelhante à teoria de Bell (1977), também caracteriza o foco tanto nas estruturas sociais quanto nas estruturas econômicas. É importante, porém, destacar a função das instituições e sua influência no comportamento de inclusão e de exclusão. No Brasil, a globalização foi uma das propulsoras da inclusão na década de 70, mas também colaborou com vários fatores para a exclusão na década seguinte, acompanhada por mutações no mercado de trabalho, no padrão produtivo, na exploração do trabalho, nos custos da modernização e nas diversas transformações em diferentes setores como o social, cultural, tecnológico, religioso, político e econômico. Castells (2002) acrescenta a essa identificação da realidade atual as mudanças da chamada sociedade em rede, onde tanto o desenvolvimento quanto sua interação passam a ser provocados pelos progressos tecnológicos e também pelo advento da tecnologia da informação, oportunizaram a chamada interdependência global da economia.

As inúmeras explicações para a sociedade globalizada vêm sendo apresentadas, portanto, através de um processo histórico oriundo da expansão do capitalismo sob as formas coloniais, neocoloniais e imperialistas de dominação econômica e política, ou como fenômeno recente, iniciado no pós-guerra. Vieira (1999, p. 71) afirma que foi a partir da globalização que surgiram as "[...] primeiras manifestações de uma sociedade civil mundial e de uma cidadania interplanetária". A sociedade civil está inserida em uma condição de insegurança, violência, medo e a busca de alternativas que viabilizem a almejada "segurança", passam por uma "negociação da realidade". Quanto à sociedade pós-moderna, Boaventura Santos (2001, p. 237) destaca-se que, foi no contexto atual que ocorreu um "[...] desenvolvimento hipertrofiado do princípio de mercado em detrimento do princípio do Estado [...]. Trata-se de um processo histórico não linear [...]."

Diante de um quadro de mudanças, essas terminologias caracterizam a fase atual de desenvolvimento, bem como, de um novo contexto da sociedade, onde diferentes conceitos, por decorrência, se moldam, institucionalizam e completam o cenário.

A globalização traz mudanças significativas às formas de organização do trabalho, obrigando todos a conviver com novas tendências, como competição, empregabilidade, precarização do trabalho e exclusão social. Assim, um dos fatores que leva à criação de uma nova ordem social, econômica e política de redefinição do capitalismo é comentado por Vieira (1999, p. 87) como sendo o processo de reestruturação econômica que levou o mundo em desenvolvimento à fome e "grandes parcelas da população ao empobrecimento", citando com isso o agravamento das condições ambientais.

Este reordenamento pós-moderno com diferentes formas e enfoques oferecidos para a exclusão social vem desafiando todos na busca de contornar essa situação. Ressalta-se que várias são as transformações que levaram ao surgimento da discussão sobre exclusão social e que afetam diversos aspectos da vida social, caracterizando esse termo, como um conceito multifacetado e pluridimensional. No Brasil, os periódicos diariamente informam previsões assustadoras de exclusão para o mercado de trabalho dos brasileiros, e essa realidade também está colaborando com a formação de novos conceitos sobre a violência.

A pobreza, a exclusão social e, por decorrência, a violência e seus impactos mundiais têm mobilizado organismos internacionais na busca de alternativas para o seu enfrentamento, comprometendo governantes de todas as nações. O aumento da concentração populacional nas cidades, ainda hoje, implica em processos que reproduzem o mesmo padrão de urbanização das grandes metrópoles e caracterizam grandes espaços de exclusão social. O problema vivenciado nessas cidades não se resume ao contingente populacional, mas apresenta características particulares ao tipo de inserção no mercado de trabalho, a precariedade dos vínculos sócio-familiares e as dificuldades no acesso aos bens culturais e serviços sociais, gerando a desigualdade e a violência.

Mas, essas transformações não são novas, pois decorrem de muitos anos. Pouco a pouco a desigualdade e as situações extremas são aceitas. Em nenhuma época fomos tão informados sobre os fenômenos sociais, sobre a abundância e escassez do mundo que nos circunda. A desigualdade, enquanto violência, não é um fenômeno atemporal. Odalia (1985) apresenta que a naturalidade da desigualdade tem sido importante no decorrer da história do homem civilizado, assim como toda a institucionalização da miséria, do sofrimento, da dor, da indiferença. Contudo, não é possível ser neutro com essas categorias.

Compreender essa dicotomia que tantos autores apresentam, segundo Singer (2000, p. 63), é evidenciar que existem formas de exclusão, como a econômica, que colaboram com a própria desigualdade e com outras redes sociais decorrentes, como a desvinculação social, discriminação de raça e gênero, que habitualmente são condicionadas a situação de pobreza na qual vivem os sujeitos.

Estas dimensões podem ser abordadas em termos individuais ou dos grupos excluídos em alguns setores. Ou seja, o êxito na competição por empregos, vagas no sistema escolar, residencial, e questões estruturais, como, por exemplo, permite que, mesmo precariamente, um indivíduo possa garantir a sua sobrevivência.

Enquanto a pobreza é um desdobramento das relações históricas e estruturais de oposição entre os interesses de classes, o fenômeno econômico que vem se configurando e a questão social derivada das relações do capital e trabalho foram a "exclusão social". Através de uma análise alargada dessas relações sociais contemporâneas, os problemas relacionados à exclusão, são: desemprego estrutural, a precarização do trabalho, a desqualificação social, a desagregação identitária, a desumanização do outro, a anulação da alteridade, a população de rua, a fome, a violência,

a falta de acesso a bens e serviço, a falta de segurança e justiça, entre outras. Esse tipo de esforço de classificação coloca em evidência não só a diversidade desses fenômenos tratados sob a denominação de exclusão, mas também apresenta uma idéia de como tais estudos são, na prática, estruturados.

As condições que configuram a pobreza confirmam a fraca dimensão do sujeito na participação na economia. Dessa forma, pode-se afirmar que a pobreza foi um elemento importante para a acumulação primitiva do capital de parcelas da população. No mundo, porém, milhões de pessoas são vitimizadas por privações de liberdades diversas, sobretudo por privações políticas e dos direitos civis básicos, sem que isso resulte na ausência do chamado desenvolvimento econômico. E, embora a segurança econômica possa relacionar-se com a ausência de direitos e liberdades democráticas, a liberdade política e as liberdades civis são importantes por si mesmas, de um modo direto.

Assim, a cidade de Novo Hamburgo constitui-se em um desses locais como um micro universo em que a exclusão é evidente. Caracteriza-se por 26 bairros, como Boa Saúde, Boa Vista, Canudos, Centro, Diehl, Guarani, Hamburgo Velho, Ideal, Industrial, Liberdade, Lomba Grande, Mauá, Operário, Ouro Branco, Pátria Nova, Petrópolis, Primavera, Rio Branco, Rincão, Rondônia, Roselândia, Santo Afonso, São Jorge, São José, Vila Nova e Vila Rosa. Na caracterização os bairros de Novo Hamburgo, têm muitas indústrias e estabelecimentos comerciais, sendo considerada uma cidade que se destaca nas áreas de serviços, comércio e indústria, devido seu amplo crescimento em alguns momentos históricos. No entanto, cabe ressaltar que os aspectos econômicos e sociais nacionais se refletiram no município de forma negativa mudando seus contornos de crescimento. A carência de infra-estrutura em alguns bairros foi notória, de forma semelhante às características das grandes cidades, bem como, a ausência de condições de segurança adequadas para esse município e toda região. Assim pode-se falar em violência.

Violência e suas implicações

O homem, "[...] na história, tem sido o que sua sociedade é. Se ela é injusta, ele também o é; se ela é violenta, ele não faz por menos", segundo Odalia (1985, p. 85). Nesse sentido, a autora acrescenta que a incerteza e a insegurança, a violência nos despoja de alguma coisa, de nossa vida, de nossos direitos como pessoas e como cidadãos. Assim, as promessas de um mundo melhor, proposto por instituições municipais, estatais e federais, são projeções políticas criticadas por Bauman (2000), ao constatar que não é possível contar com as instituições públicas na busca de proteção.

O resultado de diferentes esforços institucionais continua gerando violência urbana com ações condicionantes que aceleram o não-reconhecimento social e a conseqüente discriminação aos indivíduos.

A busca da pureza moderna expressou-se diariamente na ação punitiva contra as classes consideradas perigosas; a busca da

pureza pós-moderna expressa-se diariamente com a ação punitiva contra os moradores das ruas pobres e das áreas urbanas proibidas, os vagabundos e indolentes (Bauman, 2000, p. 26).

Portanto, a temática da violência aparece no desenvolvimento das sociedades e nos debates atuais, desenvolve estratégias que são provenientes da ruptura das normas jurídicas e do desrespeito à noção de cidadania. A violência só pode ser encontrada nos seres humanos e não é instintiva, mas premeditada; seus variados tipos são atribuídos aos desvios de valores sociais, culturais, econômicos e políticos de uma sociedade.

Os fenômenos de criminalidade, delito e repressão, segundo Dubet (2003), vêm sendo estudados de forma a focar apenas a questão social. Porém, a abordagem deve apreender a violência num quadro dos fenômenos decorrentes da produção e reprodução das desigualdades sociais. Ressalta-se que a violência também encontra eco nas experiências dos sujeitos que se envolveram em eventos desagradáveis e desenvolveram discursos de insegurança pessoal. Dubet (2003), também sugere em seus estudos que a violência, racismo, gênero, sindicalismo, política, movimentos sociais, entre outros, se assemelham, e configuram atores de excluídos.

O Brasil está vivenciando, atualmente, uma crescente violência nas cidades, e a condição do indivíduo passa por uma experiência de não-reconhecimento de seu lugar na sociedade, principalmente no caso dos jovens que sofrem inúmeros tipos de discriminação. Zaluar (2004), por exemplo, apresenta com muita precisão a violência urbana como foco de estudo caracterizando que a mídia divulga parte dos atos violentos como resultado da ação de adolescentes que habitam regiões mais pobres, e que oportuniza um estereótipo cristalizado de delinquentes.

No Brasil, as estatísticas sobre a quantidade de armas de fogo existentes são imprecisas. A contribuição ao debate, segundo Rasser (2006) que ocorreu nos últimos anos foi oportunizada pela Unesco, que viabilizou uma série de trabalhos e estudos para dimensionar um maior entendimento da questão. Conclui-se que 41,6% do total de mortes por armas de fogo no ano de 2003 correspondem a 34,4% do total das mortes de jovens entre 15 e 24 anos de idade nesse mesmo ano. O Brasil ainda é classificado pela Unesco em segundo lugar por mortes por armas de fogo com uma taxa de 21,72% de assassinatos para cada 100 mil habitantes. Desta forma, temos em média 40 mil mortos por ano.

Nota-se que a violência é intrínseca ao comportamento humano; dessa forma, sempre estará ocorrendo e jamais deixará de existir, sempre que as relações sociais ensejem conflitos. A violência é ininterrupta e desperta nos membros da sociedade humana um permanente estado de ameaça. No estado de Direito, o controle acontece por forças que são a lei, a atuação jurisdicional e a força policial. O controle da violência também pode ser visto pela teoria de Foucault (2000), através da repressão das condutas violentas, da educação, pelas imposições da moral e regras religiosas, ou ainda por outras forças intraestatais, conforme já citado. A crise na contemporaneidade evidencia esse processo nas relações de poder do estado com a sociedade e seus cidadãos.

Foucault (2000) ilustra, com suas concepções, as relações entre poder, sujeito e violência. O funcionamento dessas relações de poder, evidentemente, decorre dos consentimentos das pessoas. Isso, porque segundo o autor, todas as relações sociais são relações de poder.

A difusão de sentimentos de insegurança e medo nos atores e forças sociais em jogo evidencia a construção de um objeto simbólico e estruturador, como sendo marginal. Assim, na análise sociológica, vem se demonstrando a construção e desconstrução das representações que exigem atenção para a temática da insegurança como sendo a primeira prioridade na agenda política dos países. Seu efeito devastador provoca perda de eficiência e diminuição das funções sociais das instituições governamentais, o anonimato das cidades e a impunidade legal criam um estado de guerra. Em geral o redimensionamento das funções sociais do Estado exigem acordos internacionais, segundo Costa (1999) com recursos destinados a setores essenciais, como educação e segurança, e a multiplicação de empresas de seguranças pública.

A temática da insegurança insere-se numa sociologia da ação e do trabalho da violência e do sentido, pois a violência se desenvolve e generaliza, escandaliza e choca, torna-se cada vez mais banalizada e intensifica os paradoxos sociais. Ou seja, que tem início e causa.

Considera-se importante apontar a pouca literatura sobre crimes e violência no Brasil. Os fatores ambientais são utilizados cada vez mais na discussão dos componentes da atividade criminosa. Parte dessa inovação decorre justamente da falta de referências adequadas. Segundo Beato (2004), a perspectiva da criminologia tradicional coloca ênfase na explicação de crimes que afetam a escolha dos indivíduos com predisposição pessoais, forças socializantes da família, dos pares, da escola, da comunidade e de arranjos institucionais de diversas naturezas. Uma abordagem da criminalidade toma a vítima como objeto de estudo, buscando investigar como o estilo de vida do indivíduo e as oportunidades geradas influenciam as probabilidades de vitimização. As vítimas se tornam atrativas, e a natureza do delito, segundo Beato (2004), é que determina a probabilidade de vitimização.

Para entender melhor o objetivo da vitimologia e da vitimização é interessante trazer a classificação.

Vitimologia, uma ciência que tem como objetivo principal o estudo da vítima de uma forma global. Ademais, nesse estudo aprofundado do comportamento da vítima é possível analisar sua personalidade, seu comportamento na gênese do crime, seu consentimento para a consumação de delito, suas relações com o delinqüente (vitimizador) e também a possível reparação de danos sofridos.

Vitimização consiste em uma série de perguntas feitas a pessoas para representarem a população sobre terem ou não sido vítimas de algum tipo de crime. Esses estudos fornecem dados sobre a criminalidade e sobre a violência (Instituto Futuro Brasil, 2006).

Esses estudos colaboram com o combate ao crime, pois é preciso ter uma visão ampliada e de contexto para combater a

criminalidade e obter a conscientização popular. Conhecer a vítima muda a forma de combater o crime, trazendo alternativas práticas na vida da população, e como nossa sociedade poderia melhorar com a aplicação da vitimologia na preparação de policiais.

Estes estudos sobre a vítima em todo o mundo são considerados, um avanço no que diz respeito aos direitos, mas a vitimologia deve ser analisada e estudada na busca de uma visão global e total, de forma que se possa compreender e explicar a vítima e o delinqüente em seu contexto.

Várias tendências refletem uma nova forma de pensar na vitimologia, resgatando dados importantes do campo social e político. Sem dúvida, o estudo da vitimologia oferece um avanço para o direito como um todo, começando com a legislação que protege a vítima trazendo mais segurança àqueles que pretendem, colaborar no combate ao crime.

Os conceitos de violência apresentados consolidam o momento atual de mudança. As explicações sobre a violência utilizam a exclusão em diferentes patamares no sentido de traduzir o estado atual. As caracterizações aqui apresentadas oportunizam um maior entendimento dos dados relativos coletados e das ocorrências analisadas junto aos bairros do município. Esse método e apresentação consideram que a descrição da problemática histórico-estrutural da violência oportuniza o desenvolvimento de um contexto propício para reflexão de políticas públicas.

Os dados coletados

A violência no estado do Rio Grande do Sul vem sendo entendida como uma questão de saúde pública, considerando os inúmeros prejuízos psicossociais junto aos cidadãos e à sociedade, conforme as informações sobre mortalidade (SIM). Os dados revelam que o coeficiente de mortalidade por homicídio é de 17,0 %, com maior concentração no grupo etário entre 20 a 29 anos; e o de mortes por acidentes de trânsito é de 16,9% na mesma faixa etária. Dessa forma, as propostas para atender as necessidades da população são unificadas com a Secretaria de Segurança Pública e o Plano de Prevenção de Violência⁸ do governo do estado. Com o objetivo de desenvolver ações de prevenção à criminalidade, violência e uso indevido de drogas para todas as regiões e micror-regiões do estado, o governo pretende promover atividades sociais, culturais, esportivas e de lazer, necessárias à formação do homem. O acesso à educação e a mudança de paradigma podem se refletir em melhores práticas quanto a esse fenômeno. Nesse sentido, o município de Novo Hamburgo está à frente desses projetos com sua iniciativa de diagnosticar a criminalidade, priorizando às áreas de risco e os programas de inclusão social.

Assim, os resultados da pesquisa descritiva no município

caracterizam o perfil da amostra. A maioria das respostas foi fornecida por mulheres (51,3%), com predominância de idade entre 20 a 39 anos (47,4%) e com renda entre R\$ 746,00 a R\$ 1.600,00. Destacou-se a descrição dos questionados como sendo de cor branca (83,7%), procedentes de Novo Hamburgo (39,2%), cuja religião mais citada foi a católica (68,5%) ficando em segundo lugar a evangélica (20,1%). O grau de instrução com a maior frequência foi o ensino fundamental incompleto ou completo, somando (51,9%). São caracterizados ainda por uma união estável das famílias (52,3%); e a maior parte (82,4%) possui moradia própria afirmando que desconhecem os prédios abandonados da comunidade, considerando que o muro (36,1%) é uma segurança em suas moradias. O perfil se caracteriza por um grande grupo de famílias muito jovens, com pouco nível de escolaridade, ou seja, oito anos ou menos, com valores religiosos e desconhecimento do espaço social.

Quanto ao mercado de trabalho, a ocupação profissional⁹ foi o maior dado oferecido, porém nem sempre configura estabilidade de emprego. Houve um reforço nas informações relativas ao vínculo com o mercado de trabalho, confirmando, portanto, que 45,7% da amostra pesquisada não está subordinada a um emprego direto com benefícios garantidos, incluindo-se nesse item os desempregados. O mercado de trabalho em Novo Hamburgo foi reduzido devido à concorrência intensificada entre empresas do exterior que as obrigou a diminuir custos e, portanto, a aumentar ao máximo a produtividade do trabalho. Os desempregados, atualmente, desempenham o mesmo papel que as mercadorias e funcionam como estabilizadores, reforçando ainda o setor terciário. Ou seja, não se compõem apenas em desempregados, pois representam uma parcela da população economicamente ativa, socialmente excluída, que se sustenta por meio de ocupações precárias, sendo candidatos a empregos no setor formal.

Os entrevistados caracterizaram a violência. Notou-se que o roubo foi ou é o tipo de delito (74,6%), na opinião dos respondentes, que mais caracterizou a violência, sendo que suas famílias já sofreram alguns tipos de violência. Buscou-se identificar, na pesquisa descritiva, quais os tipos de delitos sofridos pelos respondentes ficando novamente o roubo (75,3 %), pela segunda vez consecutiva seguida do furto (22,6%).

A questão quanto ao registro das ocorrências junto à Delegacia de Polícia apareceu com altos índices, conforme relato dos entrevistados, porém, 1/3 dos casos de violência cometidos não são apresentados aos órgãos competentes. Felizmente essa cultura está se modificando, pois as várias ocorrências registradas obtiveram aumentos significativos nos anos de 2000 a 2007.

Segundo os entrevistados a violência ficou mais representativa em dois bairros específicos no município (Canudos e Centro), caracterizando o roubo, como sendo o delito mais freqüente.

Na análise dos resultados quanto ao roubo e ao furto,

⁸ Informações retiradas do *site* do governo do estado do Rio Grande do Sul.

⁹ Singer (2000), descreve que ocupação compreende toda a atividade que proporciona sustento a quem o exerce. O emprego assalariado é apenas um tipo de ocupação que resulta de um contrato pelo qual o empregador compra a força de trabalho ou capacidade de produzir do empregado e oferece, portanto, estabilidade, perspectiva de carreira, seguro-desemprego, entre outras vantagens.

ficou evidente que os criminosos se valeram do uso de armas (62,2%). Dentre os tipos mais usados sobressaem-se as armas de fogo (87,45) das citações e as perfuro cortantes (9,8%). Os locais onde os furtos e os roubos aconteceram foram identificados onde a maior incidência desse tipo de ação foi a rua (52,8%), e residências dos entrevistados (37,7%). Outro ponto foi relativo aos dias e horários que os delitos aconteceram. Observou-se uma frequência maior durante a semana (76,3%), nas sextas-feiras, turno da noite.

As respostas apresentam que a violência está muito perto das moradias e que o uso de um instrumento como a arma de fogo no momento do delito agrava ainda mais a situação de pânico. Essas evidências no relatório descritivo reforçam a idéia hegemônica da população de que a violência está batendo na porta.

O destaque das questões relacionadas à agressão física caracterizou esse delito como ocorrendo nas ruas (51,5%), durante o turno da noite (54,5%).

Quanto à agressão física, estudada em profundidade pela pesquisa obteve-se informações que apontaram que as mesmas foram sentidas pelo próprio entrevistado (36,4%), seu vizinho (29,4%), um companheiro ou um conhecido (23,5%). Outro ponto interessante fornecido junto à pesquisa foi que mais da metade destes agressores já eram conhecidos, e já cometeram outras agressões, sendo, portanto, reincidentes (55,5%).

As estatísticas indicam a necessidade de um trabalho de assistência social, divulgando a importância de comunicar às autoridades competentes os casos de agressão física. O trabalho institucional de segurança da comunidade depende da compreensão da realidade local por parte dos envolvidos.

A pesquisa forneceu análise detalhada dos demais tipos de violência – que não roubo, furto ou agressão física. Novamente confirmou-se que a violência foi sentida pelo próprio entrevistado, na maior parte dos casos, com destaque maior para o crime contra a vida mais citado, o homicídio, seguido de estupro, ambos cometidos na rua, no turno da noite. Os registros de ocorrências policiais, neste tipo de crime, são mais evidentes. O uso ou efeito de substâncias ilícitas ou embriaguez no momento do ocorrido novamente não foi percebido pelos entrevistados. Pode-se inferir aqui que a capacidade de percepção da vítima pode ter sido afetada no momento.

Referente à análise desses dados de homicídios, esse delito aparece com maior incidência nos meses de janeiro (12,9%), fevereiro (10,5%), junho (10%), sendo os anos de 2002 (21,9%) e 2006 (22,45) os mais significativos. Quanto ao turno, os crimes são praticados na noite (44,8%) e na madrugada (24,3%), e o instrumento mais utilizado nessa prática (intento) foram as armas de fogo (81,4%). A relação que se estabeleceu entre o autor e a vítima representou um alto percentual com 79,0%.

Quanto ao perfil da vítima apresentado nas ocorrências, notou-se que os homens são os mais atingidos nos homicídios, a grande concentração de vítimas do gênero masculino, ficou com 90,0% dos casos, seguido pelo gênero feminino, com 9,6%. A análise dos dados permitiu descobrir que 33,2% das vítimas tinham idade igual ou superior a 21 anos até a faixa de 30 anos.

No estado civil, aparecem os solteiros com uma maior incidência, totalizando 64,8%, ficando os casados em segundo lugar, com 21,2%; essas vítimas se caracterizam por serem da cor branca (61,0%) e ainda por terem uma escolaridade média de oito anos apenas, ou seja, o ensino fundamental, com 48,8%. Esse dado é bem significativo, marcando o perfil da vítima de homicídios no município.

Os homicidas são, em sua maioria, do gênero masculino, com 92,7%, compreendendo uma faixa etária mais jovem que suas vítimas, ou seja, de 21 a 30 anos (36,4%). Estão caracterizados nesse perfil de homicidas indivíduos de cor branca, reunindo 79,1% dos dados, e o estado civil de solteiros, com 63,6%. A escolaridade dos indiciados, registrada nas ocorrências, também se caracterizou pelo ensino fundamental, com 45,5%.

A comunidade tem consciência de que existe falta de investimentos para a manutenção dos serviços. Algumas justificativas foram apresentadas para melhorar o grau de satisfação com os órgãos responsáveis pela segurança e foram descritas no decorrer do diagnóstico.

A pesquisa descritiva buscou informações sobre o município de Novo Hamburgo. Entre as principais razões destacadas, encontram-se as ofertas de emprego e a presença de familiares.

Também na opinião dos entrevistados, Novo Hamburgo foi considerada uma cidade tão violenta como as demais do Estado, conforme os dados apontaram. Os respondentes relatam que seus bairros em particular são razoavelmente seguros, afirmando que já deixaram de sair para outros lugares pela sensação de insegurança.

Os entrevistados também foram instigados a apresentar as causas da violência em Novo Hamburgo, ficando os destaques para o desemprego, sendo seguido do tráfico e uso de drogas, além da desestruturação familiar.

As questões gerais relacionados à violência demonstraram que as pessoas pesquisadas conhecem indivíduos usuários e/ou traficantes de drogas (63,3%), entre os quais se incluem vizinhos (42,3%), conhecidos (36,1%), amigos (18,7%), entre outros. Esse dado supõe que a comunidade está atenta à utilização e tráfico de drogas, mas opta por não exercer pressão significativa no desmascaramento desses grupos. Também se averiguou o conhecimento de pessoas que tenham se envolvido em acidentes de trânsito, como as colisões, e atropelamentos. Nesse aspecto, notou-se respostas afirmativas onde foram descritos familiares próximos, o próprio entrevistado, os vizinhos e amigos.

Portanto, essa parte caracterizou a violência conforme o perfil dos respondentes. Todos os 26 bairros apresentaram algum tipo característico de desempenho de delitos violentos sendo classificados como baixo, médio e alto. Verificou-se que as inúmeras combinações de análise justificaram a exclusão de algumas populações e, conseqüentemente, revelam a construção da identidade de alguns bairros.

O desempenho que foi identificado junto às ocorrências registradas em Novo Hamburgo nos anos de 2002 a 2006 levou em consideração os bairros e os fatos ocorridos, conforme solicitação da Prefeitura Municipal. Os agrupamentos efetuados na análise destacaram uma segmentação de crimes contra a pessoa

e contra o patrimônio. Notou-se que crimes contra o patrimônio foram os mais representativos, onde o roubo concentrou o maior número de registros oficiais; em segundo lugar ficam os furtos e, posteriormente, os crimes contra a pessoa- agressões.

Os programas ou projetos desenvolvidos pelo município de Novo Hamburgo contam com dados específicos sobre violência. O estudo também ofereceu uma análise parcial da realidade local. Visualizou-se nesses programas e projetos um espaço de trabalho e assistência social, reeducação de hábitos e práticas que oferecem melhores condições de vida e auxílio às populações mais pobres contribuindo para promoção de políticas sociais e no combate à violência local.

Os programas com jovens e adolescentes são compostos por um conjunto de ações de assistência social, de natureza especializada, destinado ao atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violências. Algumas constatações de violência apontaram que a maior parte dos casos se concentra no sexo feminino e nas faixas etárias de 7 e 8 anos. O abuso sexual é o principal, seguido pela negligência e violência física. Esses dados sofrem de descontinuidade nos registros estudados, não sendo possível quantificá-los.

Considerações finais

A violência urbana foi transformada no grande tema do Brasil. Todos os meios de comunicação social bombardeiam com informações sobre os mais recentes fatos de vítimas de assaltos e crimes. Conforme Oliven (1989), esse tema realmente não é novo, e é natural refletir e propor medidas imediatas para esses problemas urgentes. Dado o clima de insegurança e pânico que vem se apossando dos habitantes das cidades, é fundamental indagar o que há de subjacente ao fenômeno. Assim, com base em um diagnóstico sobre a violência no município de Novo Hamburgo, objetivou-se avaliar esse fenômeno urbano.

Os objetivos dessas considerações se respaldam na análise dos dados quantitativos existentes nos principais órgãos da cidade e que ofereceram informações sobre as ocorrências, nos comparativos realizados a partir desses levantamentos, no perfil dos moradores, suas opiniões, nos principais tipos de delitos e percepções referentes sobre os focos de violência. Cumpre lembrar que a pesquisa realizada foi exploratória e descritiva, cujo enfoque quantitativo apontou tendências significativas para análise da violência. A metodologia definida, discutida e aprovada junto aos representantes da Prefeitura Municipal proporcionou compreensão de todo o processo que foi diagnosticado e, portanto, para entender a violência, além dos dados pesquisados no campo, englobou-se, os resultados estatísticos elaborados com base nos registros da Secretaria de Justiça e Segurança, com objetivo de envolver no debate alguns processos históricos que afetam e se expressam em práticas cotidianas.

Assim, a contextualização da violência atual destacou que as transformações sociais caracterizam as sociedades civilizadas e democráticas, onde o cenário registrado encontra inúmeras

explicações sociais, econômicas, políticas e/ou culturais.

Realmente, no Brasil, vive-se um estado de guerra não declarada, tendo, de um lado, a população amedrontada com a escalada da violência e refém de sua própria insegurança, e, de outro, os criminosos militarmente organizados e regimento armados, beneficiando-se das limitações estatais na área da segurança, traduzidas nas dificuldades do poder público em frear esse movimento ascendente.

Pode-se afirmar que o resultado desse fenômeno consolida um perfil da população brasileira como vítima, pagando com sua liberdade e sua vida a conta das limitações na área da segurança. Todos desejam uma nova proposta de segurança pública, condizente com o atual estágio de desenvolvimento e organização da violência e criminalidade. Essa atividade não deve mais ser visualizada como uma atitude irracional, mas como decorrente de aspectos que são simbolizados pelo binômio segurança e desenvolvimento.

O Estado e todos os setores da sociedade têm uma importante parcela de contribuição, e, portanto, o somatório de esforços pode combater, de forma eficaz, os problemas que, nesse momento, afligem a humanidade.

Oliven (1989) acrescenta que, do modo como as coisas são apresentadas, o rótulo de urbano sugere que existe uma violência que é inerente à cidade e que o problema é mundial. As causas estão nesse ingresso na modernidade, mas na verdade a violência nas cidades representa apenas o contexto no qual esse fenômeno aparece. É preciso não cair no engodo de imputar mecanicamente a criminalidade à pobreza, embora a falta de condições e oportunidades de trabalho e renda possa levar à criminalidade. Naturalmente, nem todos os pobres se valem da delinqüência para sobreviver.

O clima de insegurança e violência em que vivem as populações urbanas, segundo Oliven (1989), é um reflexo do capitalismo que caracteriza o atual modelo de desenvolvimento ao exacerbar as desigualdades sociais.

As mudanças significativas verificadas socialmente influenciam as formas de organização do trabalho, obrigando a todos a conviver com novas tendências, como competição, empregabilidade, precarização do trabalho e, a principal delas, exclusão social. A exclusão social desafia a todos, e as várias transformações que afetam os aspectos da vida social estão colaborando com a formação de novos conceitos sobre a violência.

Pode-se concluir, portanto, que a preocupação em perseguir o objetivo principal de avaliar a violência do município de Novo Hamburgo com base nos dados oferecidos oportunizou algumas apreciações.

Os autores tratados, nesse diagnóstico, possuem teorias e estudos sobre o tema e identificam através de um aparato conceitual contemporâneo a temática da violência. Nessa parte, foi possível compreender, mesmo que de forma teórica, que a construção desse conhecimento envolve todos os aspectos, sejam eles sociais, econômicos, culturais e políticos. Na pesquisa descritiva, coletou-se informações que destacaram que os crimes contra o patrimônio como o roubo, com armas de fogo nas ruas e residências no turno da noite de sextas-feiras, são os mais presentes.

As conexões estruturais do município ajudam a validar, ainda mais, essas informações, e as articulações permitem o desenvolvimento de políticas públicas. Assim, mesmo antes de finalizar, tentou-se estabelecer o diálogo teórico com os dados nacionais do Ministério de Justiça e Segurança que pontuam itens relacionados aos efeitos da criminalidade, como sendo as desordens depressivas; os problemas no capital social; transmissão de violência entre gerações; redução da qualidade de vida em algumas regiões; comprometimento do processo democrático.

Em várias pesquisas nacionais, alguns índices são muito semelhantes aos encontrados no município de Novo Hamburgo, pois o perfil das vítimas caracterizou-se no gênero masculino. O número de agressores, por vezes, é menor que o das vítimas, identificando que várias pessoas são vitimadas pelos mesmos agressores. As pesquisas de vitimização também têm demonstrado que a incidência da criminalidade reduziu a intensidade das relações sociais entre as pessoas. Esses últimos registros, encontram eco nas pesquisas que vem sendo desenvolvidas em todo país.

Referências

- BAUMAN, Z. 2000. *O mal estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 213 p.
- BEATO, C.F.; PEIXOTO, B.; ANDRADE, M.V. 2004. Crime, oportunidade e vitimização. *RBCS*, 55(19):73-89.
- BELL, D. 1977. *O advento da sociedade pós-industrial*. São Paulo, Cultrix, 540 p.
- CASTELLS, M. 2002. *A sociedade em rede*. São Paulo, Paz e Terra, 698 p.
- CATTANI, A.D.; DIAZ, L.M. (org.). 1996. *Trabalho e autonomia*. Petrópolis, Vozes, 195 p.
- COSTA, C. 1999. *Sociologia: introdução à ciência da sociedade*. São Paulo, Moderna, 307 p.
- DELUIZ, N. 1994. O mundo do trabalho. *Boletim Técnico do Senac*, 20(1):14-25.
- DUBET, F. 2003. *As desigualdades multiplicadas*. Ijuí, Editora Unijuí.
- FOUCAULT, M. 2000. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 23ª ed., Petrópolis, Vozes, 262 p.
- INSTITUTO FUTURO BRASIL. 2006. Pesquisa sobre vitimização. Disponível em <http://www.futurobrasil.com.br>, acesso em 06/05/2007.
- ODALIA, N. 1985. *O que é a violência*. São Paulo, Brasiliense, 93 p.
- OLIVEN, R.G. 1989. *Violência e cultura no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 86 p.
- RASSERA, A.P. 2006. *Sociedade civil e violência*. São Leopoldo, RS. Dissertação de Mestrado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, 200 p.
- SALAMA, P. 1995. Para uma nova compreensão da crise. In: E. SADER, *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 205 p.
- SANTOS, B.S. 2001. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. 3ª ed., São Paulo, Cortez, 415 p.
- SINGER, P. 2000. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo, Contexto, 151 p.
- PASTERNAK, S.; BOGUS, L.M.M. 2001. São Paulo: uma metrópole desigual. *Revista Eure*, 80(24):87-120.
- VIEIRA, L. 1999. *Cidadania e globalização*. Rio de Janeiro, Record, 142 p.
- ZALUAR, A. 2004. Violência, cultura e poder. In: F.R. CECCHETO (org.), *Violência e estilos de masculinidade*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 245 p.

Submetido em: 31/05/2008

Aceito em: 03/10/2008